

“De tão longe para sustentar a honra nacional”*: brasileiros nas guerras meridionais

José Iran Ribeiro¹ - PPG-UFRJ

Em Montevidéu, no ano de 1828, Francisco Moniz Barreto, segundo tenente do sétimo corpo de artilharia de posição do Brasil, tentou se casar com Dona Maria Justa del Campo, natural daquela cidade. A união só não se concretizou porque, antes disso, os superiores do militar descobriram que ele já era casado na Bahia, de onde havia sido mobilizado para lutar na Guerra da Cisplatina². Ainda que o casamento não tenha ocorrido pelo que sabemos, é interessante pensarmos sobre a realidade que possibilitou a tentativa de matrimônio entre dois indivíduos oriundos de pontos extremos e distantes do Brasil.

Como sabemos, o processo de manutenção da unidade nacional depois da independência não foi dos mais tranquilos. Pensando a partir do ponto de vista das questões político-militares, naquele contexto ocorreu um grande número de conflitos por todo o país, sendo necessário à movimentação de forças por toda a primeira metade do século XIX para sufocá-los. Assim, de São Paulo, da Bahia, do Rio Grande do Sul, entre outros lugares, partiram unidades militares para ocupar e manter a Cisplatina; da Bahia, do Ceará, de São Paulo, e por aí afora, marcharam para acudir os defensores da Corte em Pernambuco; para o Rio Grande do Sul dirigiram-se pernambucanos, maranhenses, capixabas, e sabe lá Deus quais outros, para dar fim a república sul-rio-grandense. Enfim, foram tão comuns e tantas as idas e vindas de tropas de um canto para o outro do território nacional, que é desnecessário continuar com listando-as.

Estes exércitos eram numerosos e significativos. Tomando como exemplo a Guerra da Cisplatina, podemos ter uma idéia aproximada do número de indivíduos deslocados de várias províncias para lutar num dos extremos do Império. Assim, no início de 1827, das unidades de cavalaria que compunham o Exército brasileiro naquele contexto, três eram originárias do Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo, perfazendo uma cifra de seiscentos e noventa e sete num total

de dois mil e cinqüenta e nove homens. Da infantaria não temos números precisos, mas dos cinco batalhões, quatro eram originários do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco, e outro de alemães (Fragoso, 1939. p. 242). A partir disto, se evidencia a grande participação de militares de diversas regiões do país na formação dos exércitos para combater os então revoltosos orientais, numa organização de extrema diversidade interna e que, portanto, não pode ser compreendida como una e coerente³.

No entanto, apesar destes deslocamentos terem ocorrido em vários sentidos e da grande importância numérica e política destes exércitos, nada ou quase nada se sabe sobre eles no que se refere a outros aspectos além das questões relativas as batalhas, planos de combate, etc (Ribeiro, 2005)⁴. Para sanar esta lacuna da historiografia, estamos realizando uma pesquisa, em nível de doutorado, objetivando analisar as trajetórias dos indivíduos mobilizados para lutar nas guerras meridionais do Brasil na primeira metade do século XIX. O trabalho está no início e norteamos nossa pesquisa a partir da orientação da micro-história italiana, pois acreditamos que esta proposta metodológica podem nos ser de grande valia na empreitada.

Segundo Revel (2000), as abordagens da micro-histórica surgem como alternativa a forma tradicional dos estudos das coletividades sociais em escalas maiores. Contudo, sem que, ao optar pelo mapeamento de nomes, tenha-se deixado de lado a preocupação com o todo social, pois os micro-historiadores tentam, justamente, evidenciar os aspectos das coletividades que não podem ser observados em análises macro. Busca-se compreender as regularidades do social a partir de algumas trajetórias particulares dos integrantes de grupos específicos (no caso, indivíduos oriundos de outras províncias deslocados para a região meridional do país) dentro de uma coletiva maior (as tropas do Império brasileiro), para entendê-las e inclusive poder melhor compreender as trajetórias dos demais partícipes daquela realidade. Neste sentido, a redução da escala, entendida como procedimento analítico e não objeto de estudo (Levi, 1992), permitirá conhecermos as ações destes indivíduos que não poderiam ser evidenciadas de outra maneira.

O exercício é reconstruir o vivido “inacessível às outras abordagens historiográficas” tentando “identificar as estruturas invisíveis segundo as quais esse vivido se articula” na sua máxima complexidade (Revel, 2000. p. 17). Esta complexidade é resultante da própria ação social dos indivíduos no mundo em que vivem, pois, como afirma Levi (2000. p. 45), “durante a vida de cada um aparecem, ciclicamente, problemas, incertezas, escolhas, enfim, uma política da vida cotidiana cujo centro é a utilização estratégica das normas sociais”. Sendo que “os conflitos e as contradições vêm acompanhados da contínua formação de novos níveis de equilíbrio, instavelmente sujeitos as novas rupturas”. É a partir destas condições que as vidas transcorrem e os historiadores, normalmente, têm dificuldade em acompanhar este processo pelo fato de saberem dos seus resultados finais e pouco da construção cotidiana dos resultados finais.

Desta forma, reduzindo a escala de abordagem, vamos tentar evidenciar como, por exemplo, eles se adaptavam às novas realidades culturais, ambientais em que se viam inseridos; se havia algum tipo de identificação ou relacionamento entre estes indivíduos que os aproximasse ou os diferenciasse das populações dos locais por onde andavam e, se ocorriam, de que forma se relacionavam. Estas são questões que estão norteando nosso trabalho até então.

A respeito da documentação, até o momento conseguimos concluir o trabalho de pesquisa no fundo Cisplatina, do Arquivo Nacional, e é baseado no seu conteúdo que vamos fazer as considerações provisórias que seguem. Inicialmente, é evidente que ocorreram contatos dos que vinham de fora com os moradores dos povoados que estavam nos caminhos ou que serviram de sede para o quartel das tropas, resultando, em algumas situações, no acerto de relações para além de amizades passageiras. O caso que mencionamos no início do texto é emblemático dessas relações. Afinal, antes de o casamento ter sido acertado, certamente houve algum convívio entre a família da noiva e o pretendente para que então fosse acertada a união “até que a morte os separasse”.

É claro, no entanto, que nem todos os contatos entre integrantes das tropas de ocupação e a população da Cisplatina eram no sentido do estabelecimento de laços duradouros. E é flagrante a preocupação dos oficiais comandantes com os possíveis excessos de seus subordinados pelas sucessivas orientações de cuidado no trato com os civis, afinal os cisplatinos deveriam ser considerados como brasileiros e não como estrangeiros sob ocupação. Neste sentido, ainda a caminho, o chefe supremo das tropas, o General Lecor, determinou que os soldados deviam ser pagos antes de entrarem na Cisplatina, para evitar que praticassem roubos justificáveis pela falta de soldo⁵. Também escreveu que convinha “aplicar os meios mais condizentes à pacificação deste território, e preferir, quanto couber no possível os meios suaves, e de persuasão aos da força”⁶; ou que tivessem “o maior cuidado em que os habitantes sejam acariciados, e que as tropas sejam o exemplo [dos comandantes] (...), para deixar bem posta a nossa opinião”⁷. Ainda assim, não deve ter sido fácil controlar e supervisionar as ações de tantos homens. E, ao menos alguns, não seguiram aquelas ordens e foram presos por crimes cometidos contra a população local. Numa destas ocasiões, quase vinte soldados roubaram o povo de San Domingo Soreano e ficaram presos até que o valor de seus soldos cobrisse o que haviam roubado. Em outra, cinco militares acabaram detidos e acusados de “cometer os maiores excessos em roubos e violências e, sendo de muita utilidade afastar estes homens da província”, foram enviados para a Corte, pois, inclusive, dois deles eram conhecidos assassinos⁸.

Contudo, não era só como agentes armados, para o bem ou para o mal, que os militares se relacionavam com as populações locais. Até mesmo porque nem todos os brasileiros enviados para a Cisplatina eram militares e do sexo masculino. Aliás, o que é pouco referido, as tropas foram acompanhadas por uma quantidade muito grande de familiares de oficiais e praças, ainda que alguns tenham preferido deixar suas esposas em casa, como vimos. Neste sentido, pelo próprio processo de adaptação que ocorreu na medida em que os anos iam passando, em Montevidéu, as famílias dos militares buscaram suprir suas necessidades não

atendidas pelo governo brasileiro junto aos comerciantes locais. Isto é evidenciado pelo fato de que, na ocasião do reembarque das tropas brasileiras depois de terminada a guerra, alguns comerciantes foram até o porto para tentar receber os valores que lhes eram devidos pelos brasileiros. A cena deve ter sido cômica, não fosse pelo fato do comando do Exército também estar entre os devedores por não ter pagado o aluguel de algumas casas que serviram como quartel para as tropas durante anos⁹.

Talvez também possamos entender como outro tipo de relação comercial a ação de alguns praças do sétimo batalhão de caçadores e marinheiros que tentaram roubar barras de ferro dos moles do porto¹⁰. Comercial porque, se tentaram roubar, tinham para quem vender e não seria para o Exército ou a Armada do Brasil. Esta situação pode ser melhor entendida se pensarmos que durante o tempo que aqueles sujeitos passaram na cidade serviu para que o grupo, ressalte-se, conhecesse interessados ou estabelecesse redes de amizade que os permitiria lucrar com o resultado do furto.

Estes relatos atestam o estabelecimento de inúmeras formas de relacionamentos entre os brasileiros que compunham as tropas de ocupação e a população cisplatina. Relacionamentos amorosos, violentos, comerciais, criminosos e, provavelmente, em outras inúmeras maneiras e sentidos. Desta maneira, se foi inevitável uns se relacionarem com os outros, também foi natural que o convívio entre soldados de origens diversas possibilitasse a eles outras experiências muito ricas e complexas. Aliás, o próprio comando das operações fez questão de misturar as “tropas do país com as da Divisão dos Voluntários Reais”¹¹. Provavelmente esta decisão foi de caráter militar, visando a ambientação mais rápida daqueles que não conheciam as condições de combate na região. No entanto, isto aumentou ainda mais a complexidade da situação, ao permitir o surgimento ou fortalecimento de certo espírito de corpo do Exército, mas também pode ter possibilitado a ocorrência de conflitos resultantes da convivência cotidiana das diferenças entre os integrantes da tropa.

Vejamos algumas situações. Em 1817, o soldado José Antônio, paulista, foi acusado de desertar e levar consigo vários indivíduos de outras unidades, tendo sido apanhado quando tentava repetir a ação¹². Agia de forma muito semelhante a mulher de um outro trãnsfuga, que foi presa por tentar fazer com que vários outros soldados desertassem¹³. O convívio e a proximidade entre os militares oportunizaram também que um alferes iniciasse um caso amoroso com a mulher de um soldado, até que desertou levando-a consigo¹⁴. A convivência constante também possibilitou a ocorrência de furtos, brigas e assassinatos entre militares¹⁵.

Estas evidências revelam situações diversas. Primeiro, o estabelecimento de uniões entre os componentes da tropa visando a construção de alternativas a situação que enfrentavam, no caso, optando por desertar, num movimento que contou com a participação ativa das mulheres que os acompanhavam. Ou seja, gestavam seus destinos coletivamente, formando grupos e estabelecendo alianças mais ou menos temporárias para obter sucesso nas empreitadas, sendo que estes grupos podiam ser formados por indivíduos que não necessariamente faziam parte das mesmas unidades. Indicando, portanto, que havia um convívio aproximado entre eles que ultrapassava o âmbito das respectivas unidades. Segundo, esta convivência oportunizou igualmente a ocorrência de trocas nas uniões que existiam entre os integrantes das forças e as mulheres que os acompanhavam na condição de suas esposas, legítimas ou não. Terceiro, também pode ter potencializado as tensões entre os componentes do Exército, ao reunir nas unidades indivíduos de tão diferentes costumes, valores, horizontes,... . O que nos instiga é tentarmos compreender porque, numa mesma conjuntura, dentro de um mesmo grupo, enquanto uns se aliam, outros entram em choques que podiam resultar em assassinatos.

Num futuro próximo tentaremos encontrar outros elementos de compuseram as trajetórias destes e de outros indivíduos que fizeram parte daquela realidade histórica. Acreditamos realmente que será possível encontrarmos outros fragmentos de suas vidas nos acervos documentais existentes em cidades como Montevidéu e Maldonado, onde houve uma

maior concentração de unidades militares brasileiras. Se isto for possível, poderemos aproximar ainda mais nossa lente objetiva, para sabermos em outros detalhes, por exemplo, porque alguns preferiam desertar em grupo ao invés de individualmente e o que os levava a fazerem um esforço para somar mais integrantes nos grupos, inclusive correndo o risco de serem apanhados, como aconteceu. Será interessante se descobrimos para onde foi o alferes desertor acompanhado da esposa que abandonara o marido. Quem sabe também seja possível compreender melhor como se deu a aproximação entre o tenente Francisco e a Dona Maria Justa até quase casarem e o que se sucedeu diante da impossibilidade do noivo por um motivo, digamos, perturbador. O que certo é que ainda temos um longo percurso em busca destas respostas.

Bibliografia:

CARNEIRO, David. *História da Guerra da Cisplatina*. Brasília: UNB, 1983.

DUARTE, Paulo de Q. *Lecor e a Cisplatina 1816-1828*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985. 3 v.

FRAGOSSO, Augusto T. *A batalha do Passo do Rosário*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1951.

LEVI, Giovanni. Sobre micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História*. Novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LORIGA, Sabina. *Soldats. Un laboratoire disciplinaire: l'armée piémontaise au XVIII siècle*. Venice, Italy: Marsilio Editori S.p.A./ Paris: Éditions Mentha, 1991.

REVEL, Jacques. A História ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço os chamava*. Milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845). Santa Maria: Editora da UFSM, 2005.

¹ Doutorando em História Social/PPGHIS-UFRJ; bolsista CAPES; iranr@ibest.com.br

² Arquivo Nacional (AN), Fundo Cisplatina (FC), Caixa (Cx) 974, Pacote (Pc) 02. Ofício (Of) datado (dt) de Montevidéu, em 18/5/1828, do Vigário Geral, Manoel José Barreiros, para o Ministro e Secretário dos Negócios do Império, Pedro de Araújo de Lima.

³ Loriga (1991) realizou um estudo analisando justamente a composição dos exércitos no Piemonte, tentando compreender o que significou a reunião de inúmeras diversidades dentro de uma mesma organização.

⁴ Pensando a respeito da Guerra da Cisplatina, trabalhos especializados, como o de Carneiro (1983), Fragooso (1951) e Duarte (1985), quase nada nos dizem sobre o cotidiano dos indivíduos que compunham os exércitos.

⁵ AN, FC, Cx 975 Pc 04. Of. dt no Quartel de Santa Catarina, em 27/7/1816, do General Lecor para o Conde da Barca.

⁶ AN, FC, Cx 976, Pc 03. Of. dt de Montevidéu, em 08/01/1819, do General Lecor para Joaquim X. Curado.

⁷ AN, FC, Cx 976, Pc 03. Of. dt de Montevidéu, em 20/11/1818, do Barão de Laguna para João Carlos de Saldanha.

⁸ AN, FC, Cx 976, Pc 02. Of. dt de Montevidéu, em 12/02/1819, do Barão de Laguna para Thomaz A. de V. Portugal; consultar também Cx 976, Pc 03, Of. dt de Montevidéu, em 20/11/1818, do Barão de Laguna para Joaquim X. Curado.

⁹ AN, FC, Cx 979, Pc 04. Of. dt de Montevidéu, em 15/04/1829, do Brigadeiro Francisco José de Souza Soares D'andrea para Joaquim Oliveira Álvares.

¹⁰ AN, FC, Cx 979, Pc 04. Of. dt de Montevidéu, em 05/04/1829, do Brigadeiro Francisco José de Souza Soares D'andrea para Joaquim de Oliveira Álvares.

¹¹ AN, FC, Cx 975, Pc 13. Of. dt de Montevidéu, em 16/04/1817, do General Lecor para o Conde da Barca.

¹² AN, FC, Cx 975, Pc 14. Of. dt de Montevidéu, em 21/05/1817, do General Lecor para o Conde da Barca.

¹³ AN, FC, Cx 976, Pc 09. Of. dt de Montevidéu, em 10/9/1819, do Barão de Laguna para Thomaz Antônio de Villanova Portugal.

¹⁴ AN, FC, Cx 976, Pc 04. Of. dt de Montevidéu, em 25/5/1819, do Barão de Laguna para Thomaz A. V. Portugal.

¹⁵ Como o caso do cadete que foi acusado e condenado por roubar dinheiro de um camarada; Também o assassinato cometido pelo soldado Januário Francisco de Brito, ao esfaquear o também soldado João Pedro dos Santos. Ambos AN, FC, Cx 975, respectivamente Pc 16. Of. dt de Montevidéu, em 08/7/1817, do General Lecor para o Conde da Barca; Pc 19. Of. dt de Montevidéu, em 15/10/1817, do General Lecor para João Paulo Bezerra.